



Prefeitura do Município de Angatuba
Estado de São Paulo

DECRETO Nº 002/99

“DISPÕE SOBRE O PLANO MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO PARA O BIÊNIO 1.999/2.000”

ANTÔNIO PEDRO QUIRINO, Prefeito do Município de Angatuba, Estado de
São Paulo, usando das atribuições que lhe foram conferidas por Lei,

D=E=C=R=E=T=A:

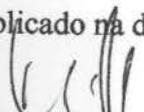
Artigo 1º) Fica estabelecido o “Plano Municipal de Educação” referente ao biênio
1.999/2.000, deste Município de Angatuba, conforme cópia que passa a fazer parte
integrante do presente Decreto.

Artigo 2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as
disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANGATUBA, 04 de Janeiro de 1.999


ANTÔNIO PEDRO QUIRINO
-Prefeito Municipal-

Publicado na data supra.


MARIA REGINA PEREIRA
-Secretária-

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANGATUBA
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PREFEITO MUNICIPAL: ANTÔNIO PEDRO QUIRINO
DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO: CÉSAR LEMOS RIBEIRO

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

BIÊNIO - 1999/2000

1999

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PREFEITO MUNICIPAL: ANTONIO PEDRO QUIRINO

DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO: CÉSAR LEMOS RIBEIRO

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - BIENAL

BIÊNIO - 1999/2000

I - INTRODUÇÃO

A- O Plano Municipal de Ensino de duração bianual, usando a articulação e desenvolvimento do ensino com seus diferentes níveis e a integração das ações do Poder Público Municipal. O Plano Municipal de Ensino deverá conduzir a:-

- I- Erradicação do analfabetismo;
- II- Universalização do atendimento escolar;
- III- Melhorias da qualidade de ensino;
- IV- Formação para o trabalho;
- V- Promoção humanística, científica e tecnológica;
- VI- Valorização do Professor.

B- O Ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I- Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III- Pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV- Gratuidade do ensino público em estabelecimento oficiais;
- V- Valorização dos profissionais de ensino, garantindo, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pelo Município;
- VI- Gestão democrática de ensino público na forma da lei;
- VII- Garantia do padrão de qualidade.

C- A educação ministrada com base nos princípios estabelecidos no item B, anterior, e inspirado nos princípios de liberdade e solidariedade humanas, tem por finalidade:

- I- a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade;
- II- o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais da pessoa humana;
- III- o fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional;

IV- o desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação na obra do bem comum;

V- o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos conhecimentos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio, preservando- o;

VI- a preservação, difusão e expansão do patrimônio cultural;

VII- a condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe, raça ou sexo;

VIII- o desenvolvimento da capacidade de elaboração e reflexão crítica da realidade.

II - APRESENTAÇÃO

Identificar as necessidades do ensino municipal estabelecendo suas prioridades e as metas a serem atingidas no biênio 1999 / 2000, afim de a população pertencente a educação básica do município de Angatuba tenha uma educação de qualidade.

Compete ao Poder Público Municipal, em regime de colaboração com o Estado, e com a assistência da União:

I- recensear a população em idade escolar para o ensino fundamental, em primeiro lugar, por ser obrigatório, e os jovens e adultos que a ele não tiveram acesso;

II- fazer- lhes a chamada pública;

III- zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola;

IV- para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, para jovens e adultos, serão criadas formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente, da escolarização anterior.

III- REALIDADE MUNICIPAL:

3.1 Identificação do Município

<u>PLANILHA</u>	Levantamento de Dados do Município
<u>MUNICÍPIO</u>	Angatuba Estado SP
<u>ÁREA</u>	1.109 km ²
<u>ALTITUDE</u>	598 m
<u>CLIMA</u>	Subtropical
<u>LIMITES</u>	norte: Itatinga e Bofete sul : Campina do Monte Alegre e Itapetininga leste : Paranapanema oeste: Itapetininga e Guareí
<u>POPULAÇÃO</u>	17.051 habitantes

ECONOMIA Indústrias extrativas vegetais (madeira, resinas, madeira p/ papel e celulose).

Indústrias extrativas minerais - calcário. Indústrias Igaras (papelão para embalagens) Polenghi - queijo - Ingá (artefatos de cimento) Indústria de confecção e calçados, cerâmica comércio de cereais, madeiras, frigoríficos, gado, etc...

ATRAÇÕES Cachoeiras/ Retretas da Banda Municipal de Música/ Carnaval de rua (desfiles carnavalescos)/ Fazenda Florestal/ Abrolhos/ Igreja Matriz/ Festa do Milho Verde/ Enduro da Velocidade/ Feira de Artesanato.

COMIDAS TÍPICAS Arroz com Frango, bolinho de frango, pamonha, mingau de milho verde.

PODER EXECUTIVO Prefeito : Prof. Antonio Pedro Quirino

Vice- Prefeito: Pedro Valter Climeni

Preşidente do Fundo Social de Solidariedade: Osmari Ramos Quirino

PODER LEGISLATIVO Presidente: João Batista Rodrigues

Vereadores:

Maria José dos Santos Birocali

Claudemir Carlos de Meira

Eliseu Pinto Simões Junior

Jurandir José de Melo Pedroso

Jairton Tadeu Carriel

José Roberto Loreaga Leão

Ana Maria Santi Orsi

Luiz Carlos Simião Martins

João de Jesus Carvalho

Joel de Barros Lima

Jairo Meira da Silva

Antonio Nogueira Terra

PODER JUDICIÁRIO: Comarca do Município de Angatuba

Juiza: Vera Lúcia Calvinõ

Promotor: Fábio Rodrigues Gourlard

Município de: Angatuba

Região Administrativa:

Delegacia de Ensino de Itapetininga

Endereço: José Calazans Luz

Nº: 263

Bairro: Vila Barth

Cep: 18 200-000

DDD: (015)

Tel: 271- 2445

Nome da Unidade de Educação: Departamento Municipal de Educação

Endereço Rua: João Lopes Filho

Nº: 170

Bairro: Centro

Cep: 18 240 - 000

DDD: (015)

Tel: 255 -1144 Ramal 221

FAX: 255 -1144

Nome do Responsável: César Lemos Ribeiro

Cargo: Diretor Departamento Municipal de Educação

3.2 CARACTERIZAÇÃO

A- INDICADORES	MUNICÍPIO	PARÂMETROS PARA COMPARAÇÃO *
POPULAÇÃO 1996	17.051	Médio
TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL	-4.20	1,5 % (Média do estado)
ÁREA (KM 2)	1.029	Grande
RECEITA DE IMPOSTOS PER CAPITA R\$	351.90	427.02(Média dos municípios)

Como na maioria dos municípios de Estado, Angatuba conta, atualmente com sério problema de desemprego, em decorrência da escassez de micro ou macro empresas que consigam abrigar a mão de obra ociosa. O nível sócio econômico da população é baixo consequentemente, trazendo para a educação sérios problemas de ordem diversas. As atividades econômicas são restritas, apresentado para uma prevalência para agropecuária e empregos como do funcionalismo público municipal e estadual as indústrias são em número reduzido e os empregos que geram também. Com vocação turística, pelas suas belezas naturais, o município poderia, já há muitos anos, ser um polo turístico em que canalizaria recursos econômicos. Hoje, porém, dada a conjuntura da economia mundial, visualizar este ideal torna-se um empreendimento difícil, outrossim não impossível.

O município de Angatuba, criado pela Lei 27 de 10/03/1885, foi implantado à partir de 1886.

A maioria da população dedica-se à agropecuária e a minoria trabalha na Indústria de papel e queijos.

COORD: 2 DRE: 03 DE: 04

QUADRO RESUMO - MATRICULA FINAL - 1995

MUNICIPIO - ANGATUBA

ESCOLAS MUNICIPAIS

PRIMEIRO GRAU - TOTAL

SERIE/ TURNO	AFASTADOS POR		RETIDOS POR		PROMOV. OU EM CONTIN.	MATRIC. TOTAL	TAXAS (%)	
	TRANSF.	ABAND.	FREQ.	AVAL.			EVASAO	RETENCAO
1 C/JU					20	23	4,76	
1 S/JU								
2 C/JU					21	28	4,00	12,00
2 S/JU	3	1		3	7	10		22,22
3	1			2		9		25,00
4	1	1		2	5	9	12,50	25,00
T.1/4	7	3		7	53	70	4,76	11,11
5 D								
N								
6 D								
N								
7 D								
N								
8 D								
N								
T.5/8								
T.1/8	7	3		7	53	70	4,76	11,11

URBANA

SERIE/ TURNO	MATRIC. TOTAL	TAXAS (%)	
		EVASAO	RETENC.
1 C/JU			
1 S/JU	22	5,00	
2 C/JU			
2 S/JU	25	4,16	8,33
3			
4			
T.1/4	47	4,54	4,54
5 D			
N			
6 D			
N			
7 D			
N			
8 D			
N			
T.5/8			
T.1/8	47	4,54	4,54

RURAL

MATRIC. TOTAL	TAXAS (%)	
	EVASAO	RET
1		
3		100,
10		22,
9	12,50	25,
23	5,26	26,
23	5,26	26,3

ENSINO SUPLETIVO

TIPO	SEMEST /TERMO	AFAST. P/ ABANDONO	RETIDOS	PROMOV.	MATRIC. TOTAL	TAXAS (%)	
						EVAS.	RET.
I	1S 1						
	2S 1						
II	1S 1						
	2S 1						
	1S 2						
	2S 2						
	1S 3						
	2S 3						
Q.P.							
TOTAL							

EDUCACAO INFANTIL

ZONA	TOTAL
URBANA	473
RURAL	159
TOTAL	632

EDUCACAO ESPECIAL

ZONA	DEF. AUDIT.	DEF. FISICO	DEF. MENTAL	DEF. VISUAL	TOTAL
URBANA					
RURAL					
TOTAL					

EDUCACAO COMPENSATORIA

ZONA	N I	N II	TOTAL
URBANA			
RURAL			
TOTAL			

NOTA: -As Taxas de evasao e retencao foram calculadas sobre a matricula total menos o numero de alunos afastados por transferencia.
-A taxa de retencao refere-se apenas a retidos por avaliacao.
-A taxa de evasao refere-se a retidos por freq. mais afast. por abandono.

B- ATENDIMENTO EM EDUCAÇÃO - QUANTIDADE DE ALUNOS

B-1 - ENSINO FUNDAMENTAL REGULAR	EI	1ª a 4ª	5ª a 8ª	TOTAL
REDE MUNICIPAL	946	696	27	1.669
REDE ESTADUAL	-	1.832	1.509	3.341
TOTAL	946	2.528	1536	5.010

C- REDE FÍSICA DO ESTADO

TIPO DE ESCOLA	QUANTIDADE
UNIDOCENTES	14
1ª a 4ª	1
1ª a 4ª - COM NOTURNO	1
1ª a 4ª e 2º GRAU	0
5ª a 8ª	0
5ª a 8ª e 2º GRAU	1
1ª a 8ª	3
1ª a 8ª e 2º GRAU	0
TOTAL	20

REDE ESTADUAL - 1997

	Classes	Alunos	Classe/ Aluno	Escolas	Tipo de Atendimento
1ª a 4ª Série	41	1.349	32,90	CB à 4ª Série	1
5ª a 8ª Série	45	1.652	36,71	CB à 4ª com noturno	1
2º Grau	18	697	38,72	5ª à 8ª Série	0
Educação Especial	2	24	12,00	5ª à 8ª Série e 2º Grau	1
Ensino Supletivo	4	169	42,25	2º Grau	0
-Centro Est. Ens. Supl		0		C.B. à 8ª c/ sep. Ambientes	1
Alunos unidocentes		333		C.B. ao 2º G.c/ sep.ambientes	0
Total	110	4.224		C.B. à 8ª não reorg.	2
Esc.reorganizadas	4	(66,67%)		C.B. à 8ª c/ 2ºGrau não reorg	0
Esc. não reorgan.	2	(33,33%)		Total	6
				Escolas Unidocentes	7

COORD: 2 DRE: 03 DE: 04

QUADRO RESUMO - MATRICULA FINAL - 1994

MUNICIPIO

ANGATUBA

ESCOLAS ESTADUAIS

RIMEIRO GRAU - TOTAL

SERIE/ TURNO	AFASTADOS POR		RETIDOS POR		PROMOV. OU EM CONTIN.	MATRIC. TOTAL	TAXAS (%)	
	TRANSF.	ABAND.	FREQ.	AVAL.			EVASAO	RETENCAO
1 C/JU	23	26			281	330	8,46	
1 S/JU	18	4			103	125	3,73	
2 C/JU	48	34		122	311	515	7,28	26,12
2 S/JU	18	3		86	94	201	1,63	46,99
3	38	41		67	387	533	8,28	13,53
4	22	20		52	355	449	4,68	12,17
T.1/4	167	128		327	1531	2153	6,44	16,46
5 D	30	58	9	75	245	417	17,31	19,37
N	9	50	8	14	36	117	53,70	12,96
6 D	26	30	3	52	185	296	12,22	19,25
N	16	59	3	18	67	163	42,17	12,24
7 D	24	8	3	20	131	186	6,79	12,34
N	7	47	7	7	48	116	49,54	6,42
8 D	13	4	1	5	76	99	5,81	5,81
N	18	22	3	7	83	133	21,73	6,08
T.5/8	143	278	37	198	871	1527	22,76	14,30
T.1/8	310	406	37	525	2402	3680	13,14	15,57

URBANA

SERIE/ TURNO	MATRIC. TOTAL	TAXAS (%)	
		EVASAO	RETENC.
1 C/JU	260	9,20	
1 S/JU			
2 C/JU	418	5,30	25,72
2 S/JU			
3	331	6,77	13,22
4	302	3,44	12,06
T.1/4	1311	6,00	14,22
5 D	358	18,01	18,91
N	96	58,88	8,88
6 D	235	11,84	21,32
N	136	44,71	12,19
7 D	158	7,09	12,76
N	116	49,54	6,42
8 D	99	5,81	5,81
N	115	23,76	6,93
T.5/8	1313	23,95	14,07
T.1/8	2624	14,89	14,14

RURAL

MATRIC. TOTAL	TAXAS (%)	
	EVASAO	RETENC.
70	5,88	
125	3,73	
97	15,55	27,77
201	1,63	46,99
202	10,81	14,05
147	7,29	12,40
842	7,14	20,00
59	12,96	22,22
21	27,77	33,33
61	13,55	11,86
27	29,16	12,50
28	4,76	9,52
18	7,14	
214	15,26	15,78
1056	8,75	19,16

INSINO SUPLETIVO

TIPO	SEMEST /TERMO	AFAST. P/ ABANDONO	RETIDOS	PROMOV.	MATRIC. TOTAL	TAXAS (%)		
						EVAS.	RET.	
I	1S 1							
	2S 1							
II	1S 1	8	10	23	41	19,51	24,39	
	2	13	4	24	41	31,70	9,75	
	3	3	10	27	40	7,50	25,00	
	4	11	5	23	39	28,20	12,82	
	2S 1	15	11	19	45	33,33	24,44	
	2	8	8	24	40	20,00	20,00	
	3	10	10	19	39	25,64	25,64	
	4	5	13	25	43	11,62	30,23	
	Q.P.							
	TOTAL		73	71	184	328	22,25	21,64

EDUCACAO INFANTIL

ZONA	TOTAL
URBANA	
RURAL	
TOTAL	

EDUCACAO ESPECIAL

ZONA	DEF. AUDIT.	DEF. FISICO	DEF. MENTAL	DEF. VISUAL	TOTAL
URBANA					
RURAL	8		23		31
TOTAL	8		23		31

EDUCACAO COMPENSATORIA

ZONA	N I	N II	TOTAL
URBANA			
RURAL			
TOTAL			

NOTA: -As Taxas de evasao e retencao foram calculadas sobre a matricula total menos o numero de alunos afastados por transferencia.
 -A taxa de retencao refere-se apenas a retidos por avaliacao.
 -A taxa de evasao refere-se a retidos por freq. mais afast. por abandono.

[Handwritten signature]

COORD: 2 DRE: 03 DE: 04

QUADRO RESUMO - MATRICULA FINAL - 1994

MUNICIPIO - ANGATUBA

ESCOLAS ESTADUAIS

SEGUNDO GRAU - TOTAL

SERIE/ TURNO	AFASTADOS POR		RETIDOS POR		PROMOV.	MATIC. TOTAL	TAXAS (%)	
	TRANSF.	ABAND.	FREQ.	AVAL.			EVASAO	RETENC.
1 D	5	14		2	61	82	18,18	2,59
N	4	36		1	76	117	31,85	,88
2 D	6	14			51	71	21,53	
N	7	25			62	94	28,73	
3 D		1			26	27	3,70	
N	2	7			54	63	11,47	
4 D								
N	1	2			26	29	7,14	
T.1/4	25	99		3	356	483	21,61	,65

URBANA

SERIE/ TURNO	MATIC. TOTAL	TAXAS (%)	
		EVAS.	RET.
1 D	82	18,18	2,59
N	117	31,85	,88
2 D	71	21,53	
N	94	28,73	
3 D	27	3,70	
N	63	11,47	
4 D			
N	29	7,14	
T.1/4	483	21,61	,65

RURAL

MATIC. TOTAL	TAXAS (%)	
	EVAS	RET.

COD. HAB.	MATR. TOT - TRANSF	PROMO-VIDOS
7626	328	249

COD. HAB.	MATR. TOT - TRANSF	PROMO-VIDOS
7675	130	107

COD. HAB.	MATR. TOT - TRANSF	PROMO-VIDOS

COD. HAB.	MATR. TOT - TRANSF	PROMO-VIDOS

COD. HAB.	MATR. TOT - TRANSF	PROMO-VIDOS

ENSINO SUPLETIVO - 2.GRAU

SEMEST. /TERMO.	AFAST. P/ ABANDONO	RETIDOS	PROMO-VIDOS	MATIC TOTAL	TAXAS (%)	
					EVAS.	RET.
15 1						
2						
3						
25 1						
2						
3						
Q.P.						
TOTAL						

NOTA :

- As taxas de evasao e retencao foram calculadas sobre a matricula total menos o numero de alunos afastados por transferencia.
- A taxa de retencao refere-se apenas a retidos por avaliacao.
- A taxa de evasao refere-se a retidos por frequencia mais afastados por abandono.

COORD: 2 DRE: 03 DE: 04

QUADRO RESUMO - MATRICULA FINAL - 1995

MUNICIPIO - ANGATUBA

ESCOLAS ESTADUAIS

PRIMEIRO GRAU - TOTAL

SERIE/ TURNO	AFASTADOS POR		RETIDOS POR		PROMOV. OU EM CONTIN.	MATRIC. TOTAL	TAXAS (%)	
	TRANSF.	ABAND.	FREQ.	AVAL.			EVASAO	RETENCAO
1 C/JU	30	22			240	292	8,39	
1 S/JU	19	7			133	159	5,00	
2 C/JU	59	37		100	248	444	9,61	25,97
2 S/JU	25	18		107	109	259	7,69	45,72
3	34	36	3	65	403	541	7,69	12,82
4	28	27	1	38	361	455	6,55	8,89
T.1/4	195	147	4	310	1494	2150	7,72	15,85
5 D	37	43	11	70	254	415	14,28	18,51
N	7	75	12	11	55	160	56,86	7,18
6 D	19	26	4	29	201	279	11,53	11,15
N	17	50	13	19	52	151	47,01	14,17
7 D	12	4		12	141	169	2,54	7,64
N	11	33	8	14	94	160	27,51	9,39
8 D	5	8		2	93	108	7,76	1,94
N	5	11	2	5	79	102	13,40	5,15
T.5/8	113	250	50	162	969	1544	20,96	11,32
T.1/8	308	397	54	472	2463	3694	13,31	13,93

URBANA

SERIE/ TURNO	MATRIC. TOTAL	TAXAS (%)	
		EVASAO	RETENC.
1 C/JU	221	8,54	
1 S/JU	32	14,28	
2 C/JU	331	8,74	26,57
2 S/JU	71	12,30	30,76
3	366	8,25	10,91
4	309	5,88	8,65
T.1/4	1330	8,20	13,10
5 D	354	14,28	20,80
N	127	61,47	7,37
6 D	240	12,10	11,65
N	127	50,44	16,81
7 D	141	3,10	9,30
N	126	33,91	9,56
8 D	108	7,76	1,94
N	78	14,86	6,75
T.5/8	1301	22,23	12,57
T.1/8	2631	15,20	12,83

RURAL

MATRIC. TOTAL	TAXAS (%)	
	EVASAO	RETEN.
71	7,93	
127	2,67	
113	12,12	24,2
188	5,91	51,4
175	6,54	16,6
146	7,97	9,4
820	6,94	20,2
61	14,28	5,3
33	38,70	6,4
39	8,10	8,1
24	28,57	
28		
34	5,88	8,8
24	8,69	
243	14,34	4,7
1063	8,68	16,6

ENSINO SUPLETIVO

TIPO	SEMEST /TERMO	AFAST. P/ ABANDONO	RETIDOS	PROMOV.	MATRIC. TOTAL	TAXAS (%)	
						EVAS.	RET.
I	1S 1	13	12	16	41	31,70	29,26
	2	12	17	17	46	26,08	36,95
	2S 1	3	20	8	31	9,67	64,51
	2	3	18	15	36	8,33	50,00
II	1S 1	22	6	13	41	53,65	14,63
	2	20		20	40	50,00	
	3	15	7	20	42	35,71	16,66
	4	7	2	31	40	17,50	5,00
	2S 1	15	4	16	35	42,85	11,42
	2	9	5	20	34	26,47	14,70
	3	8	6	21	35	22,85	17,14
	4	8		25	33	24,24	
Q.P.							
TOTAL		135	97	222	454	29,73	21,36

EDUCACAO INFANTIL

ZONA	TOTAL
URBANA	
RURAL	
TOTAL	

EDUCACAO ESPECIAL

ZONA	DEF. AUDIT.	DEF. FISICO	DEF. MENTAL	DEF. VISUAL	TOTAL
RURAL		8		23	
TOTAL		8		23	

EDUCACAO COMPENSATORIA

ZONA	N I	N II	TOTAL
URBANA			
RURAL			
TOTAL			

NOTA: -As Taxas de evasao e retencao foram calculadas sobre a matricula total menos o numero de alunos afastados por transferencia.
-A taxa de retencao refere-se apenas a retidos por avaliacao.
-A taxa de evasao refere-se a retidos por freq. mais afast. por abandono.

SEGUNDO GRAU - TOTAL

SERIE/ TURNO	AFASTADOS POR		RETIDOS POR		PROMOV.	MATIC. TOTAL	TAXAS (%)	
	TRANSF.	ABAND.	FREQ.	AVAL.			EVASAO	RETENC.
1 D	7	17		4	52	80	23,28	5,47
1 N	5	64		8	61	138	48,12	6,01
2 D	3	17			36	56	32,07	
2 N	3	25		6	61	95	27,17	6,52
3 D		4		1	25	30	13,33	3,33
3 N	3	15		2	59	79	19,73	2,63
4 D		1			23	24	4,16	
4 N								
T.1/4	21	143		21	317	502	29,72	4,36

URBANA

SERIE/ TURNO	MATIC. TOTAL	TAXAS (%)	
		EVAS.	RET.
1 D	80	23,28	5,47
1 N	138	48,12	6,01
2 D	56	32,07	
2 N	95	27,17	6,52
3 D	30	13,33	3,33
3 N	79	19,73	2,63
4 D	24	4,16	
4 N			
T.1/4	502	29,72	4,36

RURAL

MATIC. TOTAL	TAXAS (%)	
	EVAS	RET.

COD. HAB.	MATR. TOT - TRANSF	PROMOVIDOS
7626	370	235

COD. HAB.	MATR. TOT - TRANSF	PROMOVIDOS
7675	111	82

COD. HAB.	MATR. TOT - TRANSF	PROMOVIDOS

COD. HAB.	MATR. TOT - TRANSF	PROMOVIDOS

COD. HAB.	MATR. TOT - TRANSF	PROMOVIDOS

ENSINO SUPLETIVO - 2.GRAU

SEMEST. /TERMO.	AFAST. P/ ABANDONO	RETIDOS	PROMOVIDOS	MATIC TOTAL	TAXAS (%)	
					EVAS.	RET.
1S 1						
2						
3						
2S 1						
2						
3						
Q.P.						
TOTAL						

NOTA :

- As taxas de evasao e retencao foram calculadas sobre a matricula total menos o numero de alunos afastados por transferencia.
- A taxa de retencao refere-se apenas a retidos por avaliacao.
- A taxa de evasao refere-se a retidos por frequencia mais afastados por abandono

Projeção de Demanda Escolar e Taxa de Escolarização
Ensino Fundamental e Médio 1999 - 2010

População de 6 a 19 Anos em 1996:	5.106
Taxa Geométrica de Crescimento Anual (%) 1996 / 91:	-21.46

ENSINO FUNDAMENTAL

IDADE	ANO	Hipo- teses	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
	1996		1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Estudantes														
Total	3.410	Máxima	3.472	3.480	3.486	3.503	3.516	3.533	3.550	3.506	3.496	3.480	3.466	3.456
		Mínima	3.128	3.026	2.937	2.855	2.771	2.691	2.611	2.507	2.456	2.405	2.413	2.426
6 anos	95	Máxima	171	192	210	241	273	305	339	346	341	333	329	323
		Mínima	86	83	79	81	82	84	85	87	86	84	83	81
7 a 14 anos	2.730	Máxima	2.695	2.676	2.658	2.645	2.631	2.619	2.604	2.559	2.575	2.587	2.597	2.613
		Mínima	2.605	2.559	2.508	2.464	2.420	2.379	2.336	2.296	2.310	2.321	2.330	2.344
15 a 19 anos	510	Máxima	532	538	544	541	535	531	529	522	502	482	463	444
		Mínima	418	385	350	309	268	228	189	124	60	0	0	0
20 a 24 anos	75	Máxima	75	75	75	75	76	77	78	79	78	78	77	76
		Mínima	19	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Taxas Líquidas de Escolarização (%)														
6 anos	25,22	Máxima	50,15	58,46	66,76	75,07	83,38	91,69	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
		Mínima	25,22	25,22	25,22	25,22	25,22	25,22	25,22	25,22	25,22	25,22	25,22	25,22
7 a 14 anos	89,71	Máxima	92,79	93,82	95,05	96,29	97,53	98,76	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
		Mínima	89,71	89,71	89,71	89,71	89,71	89,71	89,71	89,71	89,71	89,71	89,71	89,71
15 a 19 anos	29,99	Máxima	29,99	29,99	29,99	29,99	29,99	29,99	29,99	29,99	29,99	29,99	29,99	29,99
		Mínima	23,56	21,42	19,28	17,14	15,00	12,85	10,71	7,14	3,57	0,00	0,00	0,00
20 a 24 anos	4,85	Máxima	4,85	4,85	4,85	4,85	4,85	4,85	4,85	4,85	4,85	4,85	4,85	4,85
		Mínima	1,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1991 e Contagem da População de 1996; MEC/SEE/CIE; Fundação Seade.

(Continua)

Observações: Os valores são apenas indicativos de grandeza do volume de pessoas que deverão frequentar o ensino regular (rede pública e particular), e refletem as tendências de crescimento ou diminuição da população em idade escolar.

Cenários para o Ensino Fundamental: Projeções simuladas, a partir de duas hipóteses, conforme grupo etário:

Hipóteses para 6 a 14 anos - Máxima prevê aumento da taxa de escolarização até 100,00% no ano 2005.

Mínima prevê a manutenção constante da taxa de escolarização obtida pela Contagem da População de 1996 do IBGE.

Hipóteses para 15 a 19 anos - Máxima prevê a manutenção constante da taxa de escolarização obtida pela Contagem da População de 1996 do IBGE.

Mínima prevê redução da taxa de escolarização, em virtude da melhoria do desempenho escolar na idade própria.

Taxa Líquida de Escolarização Corresponde à relação, em porcentagem, entre o total de alunos de determinado grupo de idade e a população dessa mesma faixa etária.

Exemplo: $\frac{\text{Alunos de 7 a 14 anos}}{\text{População de 7 a 14 anos}} \times 100$

Projeção de Demanda Escolar e Taxa de Escolarização
Ensino Fundamental e Médio 1999 - 2010

População de 6 a 19 Anos em 1996:	5.106
Taxa Geométrica de Crescimento Anual (%) 1996 / 91:	-21.46

ENSINO MÉDIO

IDADE	ANO	Hipó-teses	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Estudantes														
Total	555	Máxima	1.008	1.050	1.117	1.187	1.263	1.325	1.340	1.317	1.268	1.233	1.203	1.179
		Mínima	978	1.015	1.076	1.140	1.209	1.262	1.268	1.238	1.180	1.131	1.088	1.053
Taxas Brutas de Escolarização (%)														
15 a 19 anos	32,10	Máxima	56,84	58,48	61,59	65,75	70,78	74,81	75,97	75,59	75,74	76,66	77,89	79,61
		Mínima	55,16	56,57	59,36	63,14	67,73	71,27	71,88	71,04	70,47	70,33	70,45	71,12

TOTAL DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

Estudantes														
Total	3.965	Máxima	4.480	4.530	4.602	4.690	4.779	4.858	4.890	4.823	4.764	4.713	4.669	4.635
		Mínima	4.106	4.041	4.013	3.994	3.980	3.953	3.878	3.745	3.636	3.536	3.501	3.479

Fonte: Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1991 e Contagem da População de 1996; MEC/SEE/CIE; Fundação Seade.

(Conclusão)

Observações: Os valores são apenas indicativos do volume de pessoas que deverão frequentar o ensino regular das redes pública e particular, considerando as tendências de aumento ou diminuição da população em idade escolar.

Cenários para o Ensino Médio: Projeções simuladas, a partir de duas hipóteses:

- Máxima com base no número de estudantes projetado para a 8ª série, calculou-se o volume das três séries do Ensino Médio, prevendo aumento da permanência no curso devido à redução das taxas de reprovação e evasão.
- Mínima com base no número de estudantes projetado para a 8ª série, calculou-se o volume das três séries do Ensino Médio, prevendo a manutenção das taxas de aprovação, reprovação e evasão.

Taxa Bruta de Escolarização: Corresponde à relação, em porcentagem, entre o total de alunos do Ensino Médio, independente da idade, e a população de 15 a 19 anos.

$$\frac{\text{Alunos do Ensino Médio}}{\text{População de 15 a 19 anos}} \times 100$$



Secretaria da Educação - ATPCE/CIE
Sistema de Informações Educacionais
Matrícula Final - 1996

COORD: CEI

D.E.: D.E. ITAPETININGA

MUNICÍPIO: ANGATUBA

Primelro Grau

Taxa de Promoção (%)	1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série	5ª		6ª		7ª		8ª		Taxa Média
					D	N	D	N	D	N	D	N	
No Estado	94.98	75.68	88.57	92.27	78.72	51.52	84.16	63.22	88.80	72.43	92.58	82.18	83.79
Na Coordenadoria	94.70	75.02	89.06	92.88	79.77	49.54	85.17	61.97	89.55	71.89	93.54	82.55	83.91
Na Delegacia	91.02	65.55	83.17	88.52	75.61	42.56	81.98	55.07	88.32	67.68	92.78	79.91	78.62
No Município	96.17	69.59	86.85	90.27	77.39	36.91	84.46	55.86	89.29	73.91	95.04	83.74	80.45

Taxa de Reprovação (%)	1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série	5ª		6ª		7ª		8ª		Taxa Média
					D	N	D	N	D	N	D	N	
No Estado		19.76	7.75	3.93	12.41	11.86	8.77	10.13	5.39	7.66	2.68	4.18	8.61
Na Coordenadoria		20.21	7.20	3.44	11.47	11.15	8.05	9.41	4.84	7.12	2.23	3.63	8.19
Na Delegacia		25.97	9.90	4.82	9.69	10.58	7.04	10.76	3.62	4.90	2.55	3.58	9.74
No Município		26.18	9.52	5.66	10.80	11.41	5.07	13.51	5.36	3.62	4.13	0.81	9.93

Taxa de Evasão (%)	1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série	5ª		6ª		7ª		8ª		Taxa Média
					D	N	D	N	D	N	D	N	
No Estado	5.04	4.57	3.69	3.79	8.87	36.62	7.07	26.65	5.81	19.91	4.74	13.65	7.60
Na Coordenadoria	5.30	4.77	3.75	3.67	8.75	39.32	6.79	28.63	5.60	20.98	4.22	13.83	7.90
Na Delegacia	8.98	8.48	6.93	6.66	14.70	46.86	10.98	34.17	8.06	27.43	4.67	16.51	11.64
No Município	3.83	4.22	3.63	4.07	11.81	51.68	10.47	30.63	5.36	22.46	0.83	15.45	9.63

Segundo Grau

Taxa de Promoção (%)	1ª Série		2ª Série		3ª Série		4ª Série		Taxa Média
	D	N	D	N	D	N	D	N	
No Estado	72.81	62.96	84.11	75.22	92.58	87.66	94.07	87.85	75.23
Na Coordenadoria	73.95	62.74	84.99	76.09	93.32	88.42	94.28	89.98	76.20
Na Delegacia	70.07	56.20	85.96	74.34	93.96	87.49	94.02	91.86	73.38
No Município	79.61	70.80	96.15	85.06	100.00	87.50	92.86		82.61

Taxa de Reprovação (%)	1ª Série		2ª Série		3ª Série		4ª Série		Taxa Média
	D	N	D	N	D	N	D	N	
No Estado	11.32	11.86	6.09	7.37	2.15	3.17	1.16	3.12	8.11
Na Coordenadoria	11.36	10.56	5.99	6.50	1.86	2.65	1.37	1.38	7.35
Na Delegacia	14.30	8.29	4.04	6.09	1.21	2.14	0.85		6.80
No Município	5.83	2.19	1.92						1.98

Taxa de Evasão (%)	1ª Série		2ª Série		3ª Série		4ª Série		Taxa Média
	D	N	D	N	D	N	D	N	
No Estado	15.87	25.18	9.80	17.40	5.28	9.17	4.77	9.04	16.66
Na Coordenadoria	14.68	26.70	9.02	17.41	4.83	8.93	4.36	8.64	16.45
Na Delegacia	15.63	35.51	10.00	19.57	4.83	10.37	5.13	8.14	19.82
No Município	14.56	27.01	1.92	14.94		12.50	7.14		15.42

REDE MUNICIPAL - 1998		Classes	Alunos	Classes/ Alunos
Esc. Regulares 02	Pré	40	946	23,65
	1º Grau	28	723	26,77
	Ed.Especial	01	08	
	Ens.Supletivo	03	75	25,00
	Alunos unidocentes	27	696	

3.3 - DIAGNÓSTICO DA REALIDADE ESCOLAR

1 - Nossa população da educação básica, formada pelos frequentadores de creches, dos alunos das pré - escolas e do ensino fundamental é constituída por um razoável contingente de poucos recursos materiais e culturais, onde impera famílias de pouca renda. Há necessidade prementes, principalmente de alimentação e estrutura familiar.

2 - O corpo docente é formado quase que exclusivamente por professores da própria Rede Municipal de Ensino e por profissionais admitidos por concurso realizado em 30/11/1997.

3.3.1 - PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO

Pela Lei nº 026/98 de 28 de julho de 1998 ficou instituído o Plano de Carreira e Remuneração do Magistério, assegurada a remuneração condigna dos Professores, com ênfase ao estímulo ao trabalho em sala de aula e a melhoria da qualidade do ensino. Através de programas regulares de capacitação, o suporte pedagógico e os professores, se sentem seguros de seu trabalho.

Existe uma preocupação muito grande com o número de alunos por classe, assegurando um ensino de qualidade. Passarão a fazer parte da Rede Pública Municipal de Ensino todas as escolas a serem municipalizadas. A qualificação mínima para a docência na educação infantil nas 4 séries iniciais do ensino fundamental é de 2º grau completo com habilitação para o magistério; e para a docência nas 4 séries finais do ensino fundamental é de 3º grau completo, com habilitação plena e específica para o magistério.

Para o exercício de coordenador no suporte pedagógico é necessário a qualificação mínima de 3º grau completo com habilitação plena na área de Educação e 03 (três) anos de experiência em sala de aula. O ingresso far-se-á por concurso valorizando o mérito e a qualificação. Quanto a jornada para o PEB I (Educação Infantil e Suplência I) corresponde a 20 horas + 05 horas - atividade, num total de 25 horas. Para o PEB- I (1ª a 4ª séries) cumprindo jornada semanal de 30 horas, será acrescida uma importância mensal

denominada "Municipalização" com valores estabelecidos por lei. A habilitação plena de 3º grau na área da Educação, terá uma gratificação de 20 % sobre o salário base.

A função docente do professor que atua no Ensino Fundamental é de 25 horas e 05 horas atividade semanais, nestas inclusas as aulas de reforço. O professor de 5ª a 8ª séries é remunerado por hora/ aula trabalhada com jornada máxima de 32 horas semanais de aula e 08 horas atividade, proporcionalmente às aulas dadas. Todas as horas atividade são desenvolvidas na escola. O docente atuando especificamente na educação infantil ou de 1ª a 8ª séries do ensino fundamental terá direito a 06 (seis) abonadas ao ano, uma ao mês.

No caso de municipalização, o professor cedido pelo Estado, seguirá as normas pedagógicas e a orientação do regimento das escolas ligadas ao Sistema Municipal de Ensino.

A promoção dos professores (limitadas ao número de 10) acontecerá por antiguidade, após cada período de 03 anos contínuos ou não, a razão de 5% sobre o salário base.

Além dos deveres e direitos comuns aos empregados públicos, cumpre aos membros da carreira do magistério, no desempenho de sua atividade:-

I- Desenvolver e preservar nos educandos o sentido de nacionalidade.

II- Empenhar-se pela educação integral do aluno, incentivando a formação de atitudes, hábitos e conhecimentos que conduzam ao desenvolvimento das potencialidades, como elementos de auto-realização e cidadania.

III- Colaborar e participar de atividades programadas na eficiência e eficácia do ensino.

IV- Gozar férias de 30 dias por ano, depois do período de 12 meses, os docentes do suporte pedagógico, e os docentes em sala de aula, 30 dias por ano e nos períodos de recesso escolar, ficarão a disposição da escola que poderá convocá- los.

A remoção e a permuta serão regulamentadas por Ato Oficial do Departamento Municipal de Educação, devidamente autorizados pelo Executivo Municipal.

3.3.2 - RECURSOS HUMANOS

3.3.2.1- Formação de docentes:

FORMAÇÃO	PRÉ -ESCOLA		1ª A 4ª		5ª A 8ª		2º GRAU	
	EST.	MUN.	EST.	MUN.	EST.	MUN.	EST.	MUN.
MAGISTÉRIO INCOMPLETO		-		-		-		-
MAGISTÉRIO COMPLETO		34		22		-		-
2º GRAU (OUTRO) COMPLETO		-		-		-		-
2º GRAU (OUTRO) INCOMPLETO		-		-		-		-
LICENCIATURA COMPLETA		05		05		06		-
LICENCIATURA INCOMPLETA		01		01		-		-
3º GRAU (OUTRO) COMPLETO		01		-		-		-
3º GRAU (OUTRO) INCOMPLETO		-		-		01		-

3.3.2.2 GESTÃO ESCOLAR

Em decorrência da Lei nº 026/98 de 28/07/98 que define o Plano de Carreira e Valorização do Magistério e Regimento Interno das Escolas Municipais, a gestão da escola ficou assim definida: o coordenador pedagógico, dado ao número reduzido de classes assume as funções do cargo de diretor de escola, até a realização de concurso público para o referido cargo. Portanto as atribuições do coordenador pedagógico são aquelas inerentes ao próprio cargo acrescidas das responsabilidades do dirigente da escola. Ênfase muito especial é dada a participação da comunidade na definição dos destinos da escola através do Conselho de Escola e Associação de Pais e Professores (APP) e Associação de Pais e Mestres (APM). Coube a definição da proposta pedagógica aos docentes, pais e comunidade através das Escolas Municipais que definirão as metas de ações do documento "Proposta Pedagógica e Educacional" que nortearão os rumos da educação. O encaminhamento das definições pedagógicas caberá ao Conselho de Decisões Pedagógicas, conforme prevê o Regimento Interno das Escolas Municipais.

3.3.2.3 - PROGRAMAS SUPLEMENTARES

A- Língua Estrangeira e Música

As escolas urbanas contam com o ensino de Língua Estrangeira (Inglês) a partir da Educação Infantil II, oferecendo a clientela uma antecipação cultural propícia para os dias atuais, onde há uma exigência permanente de se saber além da língua pátria, uma língua universal. Esta familiarização com o Inglês desde cedo, permite o contato com uma cultura diferente e serve como suporte para posterior aprofundamento de estudos em séries mais adiantadas. Foi introduzido o estudo de música a partir da 2ª série, com ênfase para percepção auditiva, coordenação motora, exercício vocal e canto com formação de coral e musicalização. A introdução de flauta e teclado permitindo unir a prática à teoria; ampliando os conhecimentos artísticos musicais com a aplicação de valores sociais, éticos e estéticos.

B- Projeto Recriação

Programa de integração e formação social da criança e do adolescente

a) Objetivos:

Retirar a criança das ruas, dando-lhes condições de preencher o seu tempo ocioso;

Propiciar atividades culturais, sociais e físicas, integrando- os numa sociedade mais humana;

Dar ênfase as atividades esportivas e recreativas, propiciando acompanhamento escolar bem como a realização de trabalhos artesanais.

b) A Clientela do Recriança:

As crianças assistidas pelo Programa são oriundas de famílias de baixa renda, pais desempregados, não raro casais separados.

c) Atividades Esportivas: Judô, Tae- Kwon- Do, Voleibol, Basquetebol e Futebol.

d) Oficina de Artesanato:

Favorece a iniciação e comercialização dos produtos confeccionados pelas crianças, utilizando sucata. A oficina produz artesanato diversificado, bordado e cerâmica.

e) Oficina de dança e expressão corporal:

Tem o objetivo de oferecer a criança e ao adolescente a oportunidade de manifestar-se através da dança, da ação rítmica e da liberdade dos movimentos. Desenvolvendo habilidades motoras e flexibilidade do corpo em harmonia espiritual.

f) Oficina de Música: flauta e violão

Objetivos:

- Sensibilizar a criança através da música, fazendo-a mais culta e educada;
- Favorecer a expressão corporal e artística.

g) Acompanhamento Médico - Odontológico

São feitas através de visitas regulares ao Centro de Saúde.

h) Reforço Escolar e Projetos

Objetivos:

- Auxiliar as crianças através de acompanhamento com professores que reforçam as atividades desenvolvidas em outras escolas;
- Realização de projetos alternativos.

i) Transporte e Alimentação

Diariamente as crianças são transportadas da escola onde estudam até o Recriança, assegurando tranquilidade e segurança aos pais e a assiduidade. As crianças recebem diariamente: café da manhã, almoço e lanche da tarde.

PROPOSTA PEDAGÓGICA do PROJETO RECRIANÇA

A Proposta pedagógica dos diversos componentes curriculares - desde aulas até oficinas e a prática de esportes - do Projeto, é a seguinte:-

Educação Física

Parâmetros anteriores ao trabalho a ser desenvolvido.

1. Exame Médico

O exame médico-fisiológico determinará os aptos e os não aptos a atividade esportiva. Ao médico cabe anotar em documento específico os que necessitam de dispensa da atividade física ou parcial. Dar ao professor as razões de tais dispensas e se por o caso propor ao mesmo exercícios especiais próprios para melhoria do estado do aluno.

2. Exame Biomédico

Peso e altura, uma vez verificados deverão ser lançados em fichas correspondentes (individual); para consultas posteriores ou levantamentos para agrupamentos homogêneos.

3. Normas de Trabalho a serem desenvolvidos:

Ao professor que atuar nesta área e fizer uso deste conteúdo caberá a responsabilidade de proferir ou organizar palestras e diálogos enfocando normas de trabalho referentes a:

- a) Práticas disciplinares.
- b) Higiene individual do uniforme e material esportivo a ser utilizado em competições ou treinamentos.
- c) Critério de avaliação a ser adotado no decorrer das atividades desenvolvidas.

4. Formando uma Educação Ambiental

Incluída na Constituição Brasileira, porém nem sempre presente nos currículos escolares, a educação ambiental não deverá permanecer "ausente" dos debates na escola. E devido da importância de se preservar a qualidade de vida e a preocupação em cuidar do que é nosso (a ONU estabeleceu o 5 de junho, como "Dia Mundial do Meio Ambiente"), aos educandos serão ministradas atividades práticas teóricas e experimentais . Participação em debates, palestras, exposições, visitação a locais previamente estabelecidos e uma ampla conscientização ecológica definitiva, e de propagação constante.

5. Desenvolvendo uma Cidadania Responsável

É sabido que o processo de educação ocorre através da vida em família, contando ainda com a participação de outras formas de convívio social. Quanto a escola, a esta cabe a função específica de proporcionar um conjunto de práticas (alternativas) planejadas visando a assimilação por parte dos alunos, de determinados elementos sociais e culturais úteis ao ser humano na sua individualidade e para sociedade.

É preciso fortalecer a formação para cidadania, possibilitando o cultivo dos bens culturais, formação do cidadão responsável, apto para assumir seu "lugar" na sociedade,

aprendendo a respeitar, ser respeitado, conciente de seus direitos e deveres e com ampla participação na vida ativa de seu país.

Quanto aos meios, intervenções e condição do caminhar para educação do aluno, contará com a interferência do professor, conteúdos de reais interesse e efetiva participação da clientela (alunos).

6. Educação para o Trânsito

Levando em consideração que a vida é uma dinâmica e que o mundo também não para, é errado pensar que as coisas permanecerão como estão. Mais grave ainda é não perceber as mudanças que ocorrem momento a momento diante dos nossos olhos.

Num mundo agitado como o de hoje, onde a modernidade já chegou onde jamais se sonhou com ela, cabe a nós educadores a preocupação para questões relacionadas ao tráfego de pessoas, trânsito, o ir e vir de pessoas, veículos e no tocante as grandes, médias ou pequenos cidades, as leis e regras que o disciplina.

Se o mundo é uma dinâmica, e as pessoas que nele vivem, num processo natural buscam melhoria de vida ou por necessidade movidas quem sabe pelo livre arbítrio nada mais natural o fato de um indivíduo habitante de um centro pouco desenvolvido mudar-se para outro muito maior, onde as dificuldades de trânsito entre outras estarão presentes. Se é assim, é importante a educação para o trânsito apresentada como algo indispensável ao aluno, futuro condutor de veículos, aquele que é em algum momento pedestre, ciclista ou de algum meio de transporte.

A utilização de recursos audiovisuais com a utilização de filmes, livros, mais a participação em palestras, debates e campanhas proporcionarão condições facilitadoras e favoráveis a esta formação. Juntando se a isso os recurso de ordem prática aplicados de forma adequada, os conteúdos organizados darão maior ênfase a algo indispensável na atualidade. (Existe uma estatística que diz ser o Brasil, o país campeão do mundo em acidentes de trânsito). Que é a observancia do novo código de trânsito (apresentado e discutido dentro da escola).

7. Alimentação, Higiêne e Convívio Social

Nosso corpo é formado por numerosos órgãos (coração, pulmões, cérebro, etc...), que funcionam inter relacionados e de modo harmonico mantendo a nossa vida.

Os alimentos por sua vez promovem o crescimento do corpo e compensam os constantes desgastes do organismo, desgastes estes que podem ser físico ou mental.

Levando-se em conta a idade correspondente a da clientela atendida no "Programa", e que a vida saudável só é possível com um suplemento regular de alimentos (o que é importante principalmente na fase de crescimento), faz se necessário o desenvolvimento de um projeto bem elaborado com conteúdos reais e atualizados que se aproximem o máximo possível daquele do dia- a - dia do aluno.

É importante que se lance mão de atividades previamente preparadas, busca de informações, tarefas práticas e recursos como acompanhamento e orientação de especialistas na área de alimentação. Acompanhamento regular da vida da criança dentro da escola o que certamente terá reflexo em seu comportamento fora do convívio escolar.

Os dentes

São órgão essenciais da mastigação. Sendo assim todos os cuidados indispensáveis com os dentes devem ser executados com a maior seriedade.

Os cuidados diários, a manutenção da estrutura dentária e o acompanhamento do profissional especializado (dentista) é fundamental.

A elaboração de projetos, atividades e a informação bem como atitudes de ordem prática contribuirá para uma conscientização: como por exemplo a elaboração de campanhas ou programas de prevenção e informação sobre a saúde bucal.

Porém é importante frisar que em se tratando do termo higiene tal preocupação não fique limitada somente no que diz respeito aos cuidados com os dentes mas, que avance e de enfâse de um modo geral.

A escola não deve se preocupar em ser aquela que substituirá a instituição primeira da vida da criança que é a família, mesmo porque o perfil da mesma mudou.

A escola deve sim dar respaldo, um "acompanhamento" paralelo ao educando.

Criar condições favoráveis ao desenvolvimento das condições necessárias ao bom relacionamento e convívio social, para formação moral favorecendo a participação ampla e diversificada canalizando regras e conceitos conduzirão na busca de suas realizações.

Numa relação que deverá ser cada vez mais estreita, escola e família haverão de caminhar juntas, cada uma assumindo o seu papel sem fugir de suas responsabilidades. E caberá, numa iniciativa de ambas as partes, sob a responsabilidade didática da escola e com o apoio e participação da instituição família, o patrocínio de projetos, recursos e propostas, no sentido de que na medida do possível o pretendido sucesso seja alcançado.

A proposta elaborada será aplicada em concomitância com as atividades de oficina, respeitando seus currículos pré estabelecidos pelas escolas dos curso regulares e com a possibilidade sempre existente da introdução de projetos alternativos.

ATENDIMENTO DO CAPS (Centro de Atendimento Psico- Social) às creches

Projeto Creche - Angatuba

Justificativa

Após visita as creches da Rede Municipal, verificou- se a necessidade de se implantar um trabalho visando a melhoria dos seguintes aspectos:

- Entrosamento entre os funcionários e a coordenadora da creche;
- Entrosamento entre os funcionários;
- Melhoria da relação entre os funcionários e as crianças;
- Melhoria da higiene das crianças;
- Orientação dos funcionários em relação a estimulação neuro- psico- motora;
- Conscientização dos pais em relação ao verdadeiro papel da creche e quais são suas responsabilidades em relação a seus filhos;
- Criação de uma norma de funcionamento para a instituição.

Metodologia

- Visitas semanais às creches pelos profissionais da saúde (fisioterapeuta, psicóloga, assistente social, dentista, farmacêutica e fonoaudióloga);
- Reuniões mensais com os pais a fim de melhorar sua relação com as crianças e com a creche;
- Reuniões de orientação com as Coordenadoras a fim de definir e esclarecer seu papel na creche;
- Reuniões semanais entre os profissionais envolvidos no trabalho a fim de analisar os dados coletados e buscar melhorias no trabalho.

OBJETIVO GERAL:

A partir do trabalho em equipe, conseguir prevenir possíveis doenças físicas e mentais.

OBJETIVO ESPECÍFICO:

Melhoria na qualidade do serviço oferecido pelo município, neste caso, a creche;

Diminuir a incidência de atraso de desenvolvimento neuro- psico-motor.

PROPOSTA PARA INTERVENÇÃO NAS CRECHES

a)- JUNTO AOS FUNCIONÁRIOS

Será desenvolvido um trabalho de treinamento com os funcionários "in- loco", visando passar a ele noções básicas de higiene, necessárias dentro da creche, estimulação neuro- psico- motora das crianças, evitando possíveis atrasos de desenvolvimento.

b)- JUNTO AS CRIANÇAS

Serão desenvolvidos dois tipos de trabalho:

- Acompanhamento individual no setor determinado (psicologia, fisioterapia, fonoaudiologia, odontologia, serviço social e farmácia);

- Atendimento indireto a partir do treinamento dos funcionários e do contato com os pais.

c)- **JUNTO AS FAMÍLIAS**

A partir de reuniões mensais de orientação e visitas domiciliares, feitas pela assistente social, quando necessário.

3.3.3 - SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO

A Lei Orgânica do Município de Angatuba de 31/03/1990 prevê a existência do Sistema Municipal de Ensino, garantindo autonomia administrativa, pedagógica e financeira às escolas da Rede Municipal de Ensino.

3.3.3.1 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

A Organização Administrativa da Rede Municipal de Ensino da Prefeitura do Município de Angatuba constitui-se em Sistema Municipal de Ensino próprio e é norteado pela filosofia de governo do Prefeito Municipal Antônio Pedro Quirino. Apresenta órgão central, o Departamento Municipal de Educação de onde emanam todos os comunicados e normatizações que definirão as diretrizes para a Rede Municipal de Ensino fundamentadas nas Leis maiores: como a L.D.B. e portarias do CEE. Subjugadas ao Departamento Municipal de Educação encontram-se as creches, projeto recriança e escolas de educação infantil (EMEI I e EMEI II) que estão situadas em regiões urbanas e rurais; sendo que Suplência I e todas as classes do Ensino Fundamental estão vinculadas a E.M.E.F. Profª Maria Isabel Lopes de Oliveira. Apresenta também classe de Suplência I a EMEI EF Vila Ribeiro.

A organização do Sistema Municipal de Ensino dar-se-á em colaboração com o Sistema de Ensino do Estado, incumbindo-se o Município de:

a)- organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do seu sistema de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados.

b)- exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;

c)- dispor sobre normas complementares para o aperfeiçoamento permanente de seu sistema de ensino;

d)- autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

e)- oferecer educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção

o desenvolvimento do ensino. Com vistas à sua aplicação no ano vindouro, foi discutido e aprovado pelos docentes, Departamento Municipal de Educação, coordenadores pedagógicos, pais e comunidade, o Regimento das Escolas Municipais, definindo regras e normas para o bom funcionamento das mesmas, sempre com a preocupação de assegurar a qualidade de ensino aos alunos.

Submeteu-se, igualmente, a apreciação do Departamento Municipal de Educação, dos coordenadores, docentes, pais e comunidade a discussão e aprovação da Proposta Pedagógica a ser implantada, nas escolas de ensino fundamental.

As incumbências do Município serão desempenhadas sem prejuízo daquelas destinadas pelos Arts. 12 e 13 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96 - aos estabelecimentos de ensino e aos docentes, respectivamente.

O Sistema de Ensino Municipal assegurará às unidades escolares públicas de educação básica de sua rede, progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público e a participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

São órgãos que compõem o Sistema Municipal de Ensino:-

- a)- Departamento Municipal de Educação;
- b)- Conselho Municipal de Educação;
- c)- Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério;
- d)- Instituições do ensino fundamental, educação infantil e creches mantidas pelo Poder Público Municipal;
- e)- Instituição de educação infantil criadas e mantidas pela iniciativa privada.

A- São competências do Conselho Municipal de Educação:

Cabe ao Conselho Municipal de Educação:

- a)- elaborar e rever seu regimento;
- b)- aprovar o regimento de suas sessões;
- c)- aprovar o calendário das sessões ordinárias;
- d)- aprovar o plano de organização a proposta do quadro de pessoal dos serviços da Secretária Geral do Conselho, suas alterações e os respectivos regulamentos, bem como a consecução de serviços técnicos a serem executados por pessoas físicas ou jurídicas, mediante contrato especial sem vinculação empregatícia;
- e)- aprovar o plano de aplicação das dotações que lhe forem consignadas;
- f)- conceder e prorrogar licença de Conselheiros até 03 meses, ou por motivo de saúde e ou relevantes, e pronunciar-se sobre os pedidos de prazo superior, que dependerá de aprovação do Prefeito Municipal;

g)- manter intercâmbio com o Conselho Estadual de Educação, com os conselheiros municipais de Educação e demais instituições educacionais.

B- São competências do Departamento Municipal de Educação:

a)- Supervisionar a atuação do suporte pedagógico e administrativo das Unidades Escolares pertencentes a Rede Municipal de Educação;

b)- Dar condições legais e normatizadoras para a efetiva eficácia e eficiência para o andamento administrativo da Rede Municipal sob o devido consentimento do Executivo Municipal;

c)- Supervisionar as Creches, Escolas e o Projeto Recriança fazendo relatórios bimensais a respeito de seu funcionamento para apreciação deste Departamento.

C- São competências das instituições de ensino municipais:

A Escola considerando a Educação um processo contínuo de auto-conhecimento e de relações interpessoais éticas, solidárias que contribuam para a formação dos seres humanos críticos, responsáveis, atuantes, que usem do conhecimento construído para o sucesso pessoal e a transformação da sociedade, terá por finalidade:

a)- Incentivar o desenvolvimento do pensamento holístico, capacitando- o a ver o mundo como um todo, integrando, interconectado e interdependente;

b)- Incentivar o aluno na tomada de decisões, que envolvam trocas que representem as coisas que têm que ser preteridas para se obter algo desejado (essências do pensamento ecológico);

c)- Promover a estimulação do aluno para tornar- se um leitor proficiente e escutor capaz de operar com diferentes portadores de textos;

d)- Promover a estimulação do aluno para ser capaz de abordar problemas práticos através de escolha apropriada de uma variedade de estratégias lógico- matemáticas; usar dados quantitativos para construir explanações lógicas e qualitativas para o mundo real; entender o papel do acaso e na previsão de eventos;

e)- Incentivar o aluno a aprimorar a comunicação interpessoal; observando- se os implícitos do escutar e falar;

f)- desenvolver um trabalho dinâmico que possibilite ao aluno pensar criticamente; tomar decisões, solucionar problemas, ver coisas com imaginação; aprender e aprender, raciocinar;

g)- Promover o processo de personalização do aluno, estimulando o desenvolvimento da responsabilidade; auto-estima, sociabilidade; auto gerenciamento; integridade; honestidade;

h)- Promover o desenvolvimento de procedimentos e atitudes pertinentes ao trabalho em grupo;

i)- Promover o estudo de disciplinas acadêmicas, sob a ótica da interdisciplinaridade tornando o processo de ensino e aprendizagem mais sintonizado com a maneira como resolvemos os impasses da vida, verdadeiramente interdisciplinares;

j)- Promover a integração escola- comunidade.

D- Considerando as finalidades relacionadas, a Escola baseará a sua ação educativa nos seguintes pressupostos:

a)- O conhecimento não vem do sujeito, nem do objeto, mas sim da interação cognoscente do sujeito com o objeto;

b)- A aprendizagem é uma atividade mental construtiva, natural e criativa, pela qual cada um organiza e torna significativa a sua experiência;

c)- Aprender não é descobrir mais, mas interpretar através de um esquema de estrutura diferente;

d)- Atribuir significados é um processo que nos mobiliza em nível cognitivo, e que nos leva a revisar e a recrutar nossos esquemas de conhecimento, para dar conta de uma nova situação, tarefa ou conteúdo de aprendizagem;

e)- Os processos cognitivos em acomodar dados e percepções discrepantes e acúmulo de experiências, resultará na aquisição de novos conhecimentos;

f)- A lógica, a moral, a linguagem e a compreensão de regras sociais não são inatas, ou seja pré- formadas na criança nem são impostas de fora para dentro, por pressão do meio; são construídas pelo indivíduo ao longo do processo de desenvolvimento, processo este estendido com sucessão de estágios que se diferenciam um dos outros, e que vão sendo superados à medida que a criança vai incorporando a função social da regra;

g)- O significado da palavra transforma-se ao longo do desenvolvimento do sujeito; o significado da palavra evolui, posto que integra novos sentidos, novas conotações. Assim, o desenvolvimento conceitual não se dá de forma definitiva mas gradual, porque, também, gradativamente, evolui o significado da palavra.

E- São competências do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

a)- acompanhar e controlar a repartição, transferência e aplicação dos recursos do FUNDO;

b)- supervisionar a realização do Censo Educacional Anual;

c)- examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais e atualizados relativos aos recursos repassados ou retidos à conta do FUNDO.

IV - AS METAS IMEDIATAS E MEDIATAS NO ENSINO FUNDAMENTAL

A - Metas Imediatas:

a- matricular todas as crianças com idade escolar para a 1ª série de forma a preencher todas as vagas na E.M.E.F. Profª Maria Isabel Lopes de Oliveira, EMEI EF Vila Ribeiro e classes da zona rural e adolescentes e adultos nas classes de Suplência I.

b- Realizar cursos de capacitação, permitindo aos profissionais da educação obter uma reciclagem de conhecimentos, preparando- os para enfrentarem com sucesso as mudanças impostas pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (L. D. B.) e pela municipalização do ensino.

c- Implementar a aquisição de materiais pedagógicos inerentes aos ciclos do Ensino Básico.

d- Reativar as A.P.P. e A.P.M. para que atuem junto aos pais e ao Conselho Municipal de Educação, no sentido de obter um melhor entrosamento entre o corpo docente, direção, pais e comunidade.

e- Elaborar em 1998 o regimento e a proposta pedagógica das unidades escolares do município pondo- os em execução em 1999.

B- Metas Mediatas:

a- Trabalhar no sentido que dentro de dois anos, nenhuma criança com idade escolar esteja fora da escola.

b- Desenvolver cursos de capacitação e atualização de modo até o ano 2000, todos os professores da educação municipal inclusive os aprovados no último concurso público, para que estejam familiarizados com a L.D.B. da Educação Nacional e conscientes com as mudanças da proposta pedagógica introduzidas em 1996.

c- Reativar as A.P.P. e A.P.M. para que atuem junto aos pais e ao Conselho Municipal de Educação, no sentido de obter um melhor entrosamento entre o corpo docente, direção, pais e comunidade.

d- Ampliar a Rede Municipal de Ensino Fundamental

V- CRECHES E EDUCAÇÃO INFANTIL

C- METAS IMEDIATAS

- 1- Revisão da Grade Curricular.
- 2- Criação do projeto "Família vai à Escola".
- 3- Aquisição de livros para expansão da biblioteca.
- 4- Criação do Centro de Capacitação Permanente (Oficina Pedagógica).
- 5- Valorização do Magistério.

- 6- matricular toda criança de 05 anos a 06 anos nas pré - escolas, de modo a preencher todas as vagas existentes.
- 7- Fazer uma triagem no sentido de que haja vaga nas creches para todas as crianças de 4 meses a 06 anos e meio cujos pais trabalhem fora do lar.
- 8- Incrementar e ativar a educação infantil, com o intuito de aprimorar o desenvolvimento integral da criança.
- 9- Implementar a aquisição de materiais pedagógicos inerentes a educação Infantil.

D - METAS MEDIATAS

- 1- Construção de prédio para o atendimento das crianças de 5-6 anos na cidade.
- 2- Construção de prédio para Educação Infantil no Bairro do Bom Retiro.
- 3- Construção da Creche no Bairro do Bom Retiro.
- 4- Aquisição de equipamentos para as escolas.
- 5- Criação de brinquedoteca.
- 6- Escola Municipal de Educação Ambiental.
- 7- Criação do Grupo de Apoio Pedagógico (G.A.P.).

VI- QUALIDADE DE ENSINO:

6.1- Índices de Produtividade

Não se observa na Rede Municipal o "atraso escolar" (também chamado defasagem idade/ série) que indica o índice de alunos que frequentam a escola em idade superior aquela prevista para cada série. Este indicador revela suas informações importantes: o esforço dos alunos em permanecer na escola, mesmo depois de eventuais reprovações e as vagas ocupadas na escola por alunos em idade não- própria, o que resultaria em problemas.

Quanto a reprovação - indicativo de que os níveis de aprendizagem esperados não foram alcançados no final de cada ano letivo, os fatores que desencadeiam esta dificuldade são vários e podem ser identificados através de uma análise sensível da realidade do aluno. Contribuem para a retenção: a) a condição de origem do aluno; b) o processo de ensino desenvolvido; c) adequação da avaliação escolar diante do que foi ensinado. A análise do índice de retenção em 1996, em nível de município, apresentou se dentro da média do estado, havendo uma razoável melhora em relação ao ano anterior que se apresentava abaixo da média. Em relação aos dados disponíveis, as escolas municipais reteram mais alunos do que a média do município. A inclusão de ciclos vai amenizar este sério problema, sem que haja detrimento da qualidade de ensino.

Evasão - A evasão na grande maioria das vezes é consequência da reprovação. Nas escolas municipais a evasão é índice pouco observado (8%) ocorrendo apenas em terceiras séries das classes rurais em 1997.

Movimentação Escolar nos diferentes graus no Município

MOVIMENTAÇÃO	1º GRAU		2º GRAU	
	1995	1996	1995	1996
Promoção	72,76	80,45	65,92	82,61
Retenção	13,93	9,93	4,36	1,98
Evasão	13,31	9,63	29,72	15,42
Observações	Abaixo da Média	Na Média	Abaixo da Média	Na Média

Movimentação Escolar nas oito séries do Ensino Fundamental - Rede Municipal 1997 .

SÉRIE	EVASÃO		TRANSFERÊNCIAS		RETENÇÃO		PROMOÇÃO		MATRÍCULA FINAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
CB	-	-	03	3%	15	14,5%	86	81,5%	104	98,5%
3ª SÉRIE	03	8%	05	13%	05	13%	26	67%	37	95%
4ª SÉRIE	-	-	01	3%	-	-	37	91,5%	37	95%
TOTAL 1ª A 4ª	03	2%	09	5%	20	13,5%	149	82,5%	176	97,5%

6.2- Insumos:

Existe a crença que basta investir mais recursos na Educação para que os déficits educacionais sejam superados. No entanto, sabe-se que além do investimento para a qualidade de ensino é mister, vinculá-lo a políticas e diretrizes específicas que dotem de significado cada centavo aplicado. Daí é importante, sem dúvida, conhecer as condições materiais existentes no Município, para planejar onde os novos investimentos devem se concentrar para alcançar os objetivos que foram propostos.

Recursos Humanos: a carreira do magistério se estrutura a partir da Lei nº 026/98 de 28/07/98, onde define a remuneração condigna dos professores, com ênfase ao estímulo em sala de aula e a melhoria da qualidade de ensino.

6.3 EDUCAÇÃO INFANTIL

“As crianças de zero a seis anos são pessoas e têm direitos pelo que são, não pelo que serão” (Irene Balaguer e Tina Roig Plans)

A- Concepção Pedagógica que pauta nosso currículo.

A pedagogia proposta em nosso currículo apóia-se em um modelo psicológico geral de aprendizagem que reconhece a importância da participação ativa do aluno e, ao mesmo tempo, a intervenção do professor para aprendizagem de conteúdos específicos que favorecem o desenvolvimento de capacidades necessárias à formação do indivíduo. Como diz Délia Lerner, ao contrário de conceber o ensino e aprendizagem como um processo que se desenvolve "passo a passo" e que cada movimento o conhecimento é "acabado", substitui-se esta idéia por uma visão de complexidade e provisoriade da aprendizagem. Por um lado porque o objeto de conhecimento é "complexo" e reduzi-lo seria "falsificá-lo"; e por outro, porque o processo cognitivo não acontece por adição, senão por reorganização do conhecimento. É também "provisório" porque não é possível chegar de imediato ao conhecimento correto e sim por aproximações sucessivas que vão permitindo sua reconstrução.

A importância dada aos conteúdos não revela um retorno à pedagogia tradicional, mas sim um compromisso da instituição escolar em garantir o acesso a saberes elaborados socialmente, pois estes se constituem em instrumentos para o desenvolvimento das gerações futuras que atuarão no sentido de refutar e reformular os conhecimentos, crenças e valores atuais. Os conhecimentos dos escolares devem estar em consonância com as questões que marcam este momento histórico.

Isto requer que a escola seja um espaço de formação e informação, onde a aprendizagem de conteúdos deve, necessariamente, favorecer o convívio social, a inserção do aluno no dia a dia da sociedade e em um universo cultural maior. A formação escolar deve possibilitar o desenvolvimento de capacidades, compreensão e intervenção nos fenômenos sociais e culturais, assim como possibilitar que os alunos possam usufruir das manifestações culturais nacionais e universais.

As pesquisas nos últimos 20 anos têm mostrado que as crianças são capazes de aprender conhecimentos que até recentemente eram desconsiderados. As crianças pequenas podem ampliar o conhecimento que têm sobre o mundo, inserindo-se no mundo da cultura e para isso precisam ter acesso a conhecimentos elaborados e constituídos pela humanidade, que a escola seleciona e transforma em conteúdos escolares. Os conteúdos são ferramentas para a compreensão do mundo e abarcam conceitos, fatos, princípios, procedimentos, normas, valores e atitudes, pois o desenvolvimento pessoal não ocorre no vazio, necessita de um contexto social e cultural.

Os objetivos, elementos fundamentais do currículo aparecem primeiramente enquanto Objetivos Gerais da Educação Infantil, definindo as grandes metas educacionais que orientam a estruturação curricular. Estabelece as capacidades que se espera que as crianças tenham desenvolvido ao final da educação infantil, delineando um perfil do aluno que se quer conseguir como fruto da intervenção educativa que a escola planejou intencionalmente. A escola de educação infantil tem de se responsabilizar e atuar no sentido de possibilitar que diferentes capacidades se desenvolvam de forma harmônica.

B- OBJETIVOS GERAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL:

- * Descobrir, conhecer controlar progressivamente o próprio corpo, formando uma imagem de si mesmo, valorizando sua identidade sexual, suas capacidades e limitações de ações e expressão e adquirindo hábitos básicos de saúde e bem estar;
- * Atuar de forma cada vez mais autônoma em suas atividades habituais, adquirindo progressivamente segurança afetiva e emocional e desenvolvendo suas capacidades de iniciativa e confiança em si mesmo;
- * Estabelecer relações vínculos com os adultos e com seus iguais, respondendo aos sentimentos de afeto, respeitando a diversidade e desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração;
- * Conhecer algumas manifestações culturais, mostrando atitudes de respeito, interesse e participação;
- * Observar e explorar o ambiente com uma atitude de curiosidade e respeito, identificando características dos elementos e algumas relações entre eles;
- * Utilizar linguagem verbal de forma ajustada às diferentes situações de comunicação habituais, para compreender e ser compreendido pelos outros, expressar suas idéias, sentimentos experiências e desejos, avançar na construção de significados, regular sua própria conduta e influir nas dos demais;
- * Representar e evocar aspectos diversos da realidade, vivido, conhecidos ou imaginados e expressá-los mediante as possibilidades simbólicas que oferecem o jogo e outras formas de representação e expressão;
- * Enriquecer e diversificar suas possibilidades expressivas mediante a utilização dos recursos e meios a seu alcance, assim como apreciar diferentes manifestações artísticas.

C- CONTEÚDOS

Áreas de Conhecimento

- a) Comunicação e representação Língua Portuguesa/ Matemática/ Artes
- b) Conhecimento de Mundo História/ Geografia/ Ciências

1- Língua Portuguesa

- a) Reflexão sobre a história do ensino de Língua e Literatura na Educação Infantil
- b) Concepção de área
- c) Finalidades do Ensino de Língua Portuguesa
- d) Língua Oral
- e) Língua Escrita

Acreditamos na formação de um ser humano informado, reflexivo, inquieto, sempre em busca de novos conhecimentos, que possa ter uma visão múltipla do mundo, crítico, questionador a ponto de não tornar-se passivo, diante do meio social em que está inserido.

Cooperativo por entender que só na diversidade humana, e com intercâmbios infinitos, surgirá uma sociedade mais humana, justa e ascendente.

Autônomo, físico, moral e intelectualmente capaz de desempenhar o seu papel social, sem estereótipos, pleno em responsabilidades por conhecer-se, portanto, naturalmente comprometido com a qualidade de vida de todos.

A construção de nossa proposta educacional vem sendo feita ao longo desses anos.

Hoje temos claro o quanto alguns princípios básicos sempre nortearam o nosso fazer pedagógico no cotidiano da escola.

“ Conhecer não é obter informações, é articular informações ”.

Os programas sempre se renovam, pois assim é o mundo, vivo e dinâmico. Porém, a contextualização da nossa escola no mundo a cada ano que vencemos é uma constante. Caminhamos confiantes em busca de nossos objetivos, ampliando nossos conhecimentos para podermos estimular cada vez mais corretamente nossos alunos, mas, convictos da ... tropeçar também ajuda a caminhar... então, por que tanto medo de tropeço de queda, de tombo ? Levanta-se, capenga-se, mas se vai andando e de outro modo... com, talvez, mais uma dúvida instaurada... ou uma certeza diminuída... ou uma conquista feita...e isso é saber caminhar ! “ (João Guimarães Rosa)

É nesse caminhar que analisamos o erro, pois este é parte intrínseca da aprendizagem; quando pensamos nele como um processo, ele passa a ser visto como evolução.

6.5 Proposta Pedagógica do Ensino Fundamental

Escola Rurais e Urbanas

Ao educar, necessariamente e independente de termos consciência, fazemos opções teóricas. Algumas concepções regem nossa prática e determinam as possibilidades do trabalho pedagógico. Consideramos importante ter função deles que fazemos escolhas quanto à seleção dos objetivos e dos conteúdos e ao estabelecimento de uma sequência de aprendizagem. É em decorrência de postulados teóricos que decidimos como vamos ensinar e avaliar o processo.

Ao buscarmos suporte na teoria construtivista dignifica dizer que trabalharemos com as idéias fundamentais formuladas por piaget quanto ao como compreender o processo de desenvolvimento da criança. A seguir destacaremos alguns aspectos importantes que uma prática construtivista deve considerar:

- que o sujeito tem um papel ativo (do ponto de vista. Cognitivo, o que não implica, necessariamente em ação física da criança, ou seja, ela pode aprender sem manipular o objeto) na construção de seu conhecimento;
- que os conhecimentos prévios do aluno são fundamentais para que ele possa aprender - de forma que seu aprendizado seja significativo;
- que o pensamento da criança tem características específicas nas diferentes etapas de seu desenvolvimento, o que condiciona em certa medida os efeitos da experiência escolar, conferindo-lhe limites e possibilidades;
- que a criança formula hipóteses frente aos objetos de conhecimento com os quais entra em contato, na tentativa de explicar seu entorno, **portanto temos que trabalhar considerando as idéias das crianças** para poder estabelecer um diálogo com elas e fazê-las avançar (quanto mais complexas e numerosas forem as conexões estabelecidas entre o material de aprendizagem e a estrutura já atingida pelo aluno, tanto mais estaremos contribuindo para um amplo desenvolvimento do aluno);
- que o aprender a aprender- ou seja, instrumentar a criança para que seja capaz de realizar aprendizagens significativas por si só numa ampla gama de situações e circunstâncias - seja objeto de preocupação do ensino;
- que o trabalho pedagógico tenha por meta a modificação dos esquemas de conhecimento do aluno;
- sua revisão, enriquecimento, diferenciação, construção e coordenação progressivas.

Estes pontos acima mencionados não são prescrições educacionais no sentido estrito, mas idéias-chave ou princípios gerais, que devem nortear uma atuação concreta no plano pedagógico.

Tomaremos emprestado de César Coll (1994) o trecho que se segue, pois ele parece esclarecer sobremaneira a compreensão do que seja uma prática construtivista:

..." A melhor ajuda pedagógica é provalvemente a que se traduz em níveis distintos de ajuda e diretividade, segundo o caso, sendo, portanto, pouco aconselhado, ou pelo menos pouco fundamentado de um ponto de vista psicopedagógico, prescrever um método de ensino, no sentido habitual do termo, como o único ou o melhor em termos absolutos para favorecer a aprendizagem significativa do aluno. "

..." Tomados em conjunto, estes princípios definem, por um lado, uma concepção construtivista da aprendizagem escolar, que situa a atividade mental construtiva do aluno na base dos processos de desenvolvimento pessoal que a educação escolar trata de promover, e, por outro uma concepção construtivista da intervenção pedagógica, cuja idéia diretriz consiste em que devem ser criadas as condições adequadas para que os esquemas de conhecimento que inevitavelmente o aluno constrói no decurso de suas experiências sejam o mais corretos e ricos possíveis. Convém destacar que uma concepção construtivista de intervenção pedagógica, como assinala acertadamente Resnick (1983), não renuncia em absoluto a planejar com cuidado o processo de ensino/ aprendizagem,

não renuncia ao se colocar e responder com mais precisão possível as perguntas tradicionais do currículo: o que ensinar, quando ensinar, como ensinar e o que, como e quando avaliar. O que acontece, isto sim, é que estas questões adquirem uma dimensão distinta quando são abordadas de uma perspectiva construtivista da intervenção pedagógica.

OBJETIVOS GERAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

- compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;
- posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas;
- conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio para construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e o sentimento de pertinência ao País;
- conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais;
- perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente;
- desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania;
- conhecer e cuidar do próprio corpo, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva;
- utilizar as diferentes linguagens - verbal, matemática, gráfica, plástica e corporal - como meio para produzir, expressar e comunicar suas idéias, interpretar e usufruir das produções culturais, em contextos públicos e privados, atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação;
- saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos;
- questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação.

SISTEMA DE INFORMAÇÕES

ANGATUBA

DADOS FINANCEIROS

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

R\$

RECEITA BASE: IMPOSTOS	APLICAÇÃO NO:	VALOR A SER APLICADO
TOTAL: 6.000.261	- ENSINO = 25%	1.500.065
	- ENS.FUNDAMENTAL = 60%	900.039
DO FUNDO: 5.307.865	- FUNDO = 15%	796.180

MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DO FUNDO

R\$

RETORNO DO FUNDO - MANTIDAS AS POSIÇÕES DAS REDES	95.471
GANHA OU (PERDE) DO FUNDO	(700.709)
RETORNO DO FUNDO - ASSUMINDO OS ALUNOS DE 1ª a 4ª DO ESTADO	1.285.281
GANHA OU (PERDE) DO FUNDO	489.102
RETORNO DO FUNDO - ASSUMINDO TODOS ALUNOS DE 1ª a 8ª DO ESTADO	2.265.316
GANHA OU (PERDE) DO FUNDO	1.469.137

OUTROS ATENDIMENTOS - EXCETO SUPLETIVO 1º GRAU

SALDO LIVRE	R\$	600.026
QUANTIDA DE ALUNOS		790
RECURSO ANUAL POR ALUNO	R\$	760

OBSERVAÇÕES

- Impostos: Estimados para 1997
- Quantidade de Alunos: Censo MEC/1996
- Per Capita do Fundo = R\$ 649,46
- População 1996 - Dados Preliminares Censo IBGE

* LEGENDA

POPULAÇÃO:	ÁREA:
Pequeno = Até 10.000 habitantes	Pequeno = Até 200 Km2
Médio = de 10.001 a 50.000 habitantes	Médio = De 201 a 500 Km2
Grande = Mais de 50.001 habitantes	Grande = Mais de 501 km2

PROG. MAT. PEDAGÓGICO - (SEE) - Julho/97			MANUTENÇÃO - Julho/97		
	Nº Ues Beneficiadas	Valor		S.E.E.	F.N.D.E
Mat. Ped. de 1ª A 4ª	5	37.200	1995	11.268	17.500
Mat. Ped. de 5ª A 8ª	3	17.000	1996	17.863	19.600
Mod. Ped. de 1ª A 4ª	3	10.675	1997	19.284	-
Mob. Ped. de 5ª A 8ª	2	5.800	RECURSOS REPASSADOS PELA D.E. ENVOLVID		
CEFAM	0	0	(QESE/REC.PRÓPRIOS/TESOURO - JUNHO/97)		
2º GRAU	0	0	1995		1.714.001
Total		70.675	1996		1.929.663
Kit Tecnológico (FNDE)	6	10.860	1997		806.840
Micros (setor adm.)	4	16.000			
Mobiliários p/micros	2	5.200			

MERENDA - Julho/97		1994	1995	1996	1997
Q.E.S.E.	R\$	12.218	45.401	40.201	31.364
F.A.E.	R\$	0	0	74.173	32.011
	(Gêneros) Mun. Não Conv.	-	-	0	0
P.E.M.E.	R\$	-	-	0	0
	Mun. Inadimplentes	-	-	0	0
QESE/FAE	Mer. Centralizada	-	-	-	0
(Gêneros)	Mun. Carentes	-	-	-	0
TOTAL		12.218	45.401	114.374	63.375
CENTRALIZADA: Não		CONVENIADA: Sim			

OBRAS - Junho/97	Concluídas		Em Execução		Total	
	Nº Escolas	Valor	Nº Escolas	Valor	Nº Escolas	Valor
Adequação/Ampl.	0	0	0	0	0	0
Obra Nova	0	0	0	0	0	0
Ref. Básica	0	0	1	214.033	1	214.033
Ref. Pequeno Port	1	32.345	0	0	1	32.345
Muro	0	0	0	0	0	0
Total	1	32.345	1	214.033	2	246.378

FUNDO DO ENSINO FUNDAMENTAL

a - Caracterização

População - Dados Preliminares Censo IBGE - 1996	17.051
Taxa de crescimento Anual (1,5 % média do estado de São Paulo)	-4,20
Área (km2)	1.029
Receita de Impostos Per Capita - R\$ (Média dos municípios = R\$ 427,47)	351,90
Notas: 1 Renda per capita do Fundo = R\$ 649,46	

b - Atendimento em Educação - CENSO MEC - 1996

	1ª a 4ª	5ª a 8ª	Outros Atendimentos	TOTAL
Rede Municipal	147	0	790	937
Rede Estadual	1.832	1.509	-	3.341

c - Financiamento da Educação - R\$

Receita Base:	Aplicação no:	Valor a Ser Aplicado - R\$
IMPOSTOS TOTAL: 6.000.261	Ensino = 25%	1.500.065
	Ensino Fundamental = 60%	900.039
IMPOSTOS DO FUNDO: 5.307.865	Fundo = 15%	796.180

d - Movimentação Financeira do Fundo

-Retorno do Fundo - Mantidas as posições das Redes:	95.471
---	--------

Ganha ou (perde) do Fundo:	-700.709
-Retorno do Fundo - Assumindo alunos de 1ª a 4ª do Estado	1.285.281
Ganha ou (perde) do Fundo:	489.102
-Retorno do Fundo - Assumindo alunos de 1ª a 8ª do Estado	2.265.316
Ganha ou (perde) do Fundo:	1.469.137
e- Outros Atendimentos - Exceto Supletivo 1º Grau	
Saldo Livre - R\$	600.026
Quantidade de alunos	790
Recurso Anual por Aluno R\$	760
Obs: Impostos estimados para 1997.	

6.5 ENSINO SUPLÊNCIA I

Objetivos:

O Ensino Suplência I em nível de 1º grau destina-se a formação do adolescente e do adulto, visando o desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, preparação para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania.

O Ensino Suplência em nível I e II do Ensino Fundamental objetiva suprir a escolarização regular de adolescentes e adultos que não tenham seguido ou concluído em idade própria.

Duração:

O curso de Suplência I em nível I e II equivalente às 4 (quatro) última série do Ensino Fundamental regular, será desenvolvido em 2 (dois anos) ou 4 semestres letivos, correspondendo cada semestre a 90 dias, com carga horária mínima de 360 horas-aula, perfazendo um total de 1.440 horas.

Clientela:

A matrícula da Suplência I (nível I e nível II), poderá ser efetuada no processo, ou seja, em qualquer época do ano, desde que haja vaga disponível e o candidato tenha a idade mínima de 14 anos completos até 1º dia letivo.

Avaliação:

A verificação do rendimento escolar compreende:

- avaliação de aproveitamento
- apuração de assiduidade.

A avaliação do aproveitamento deverá ser contínua, uma prova ao mês em todos os componentes curriculares, e expressa em notas de zero (0) a 10 (dez), graduadas de 5 em 5 décimos, utilizando a média aritmética para a obtenção de nota final.

O professor nos 3 ou 4 primeiros dias letivos faz uma Prova de Competência para os alunos que não tenham como comprovar a sua escolaridade, verificando o nível de aprendizagem em que se encontram. Esta prova deverá ser arquivada no prontuário do aluno.

Promoção:

Condições; frequência igual ou superior a 75% e aproveitamento igual ou superior a 5,0 (cinco).

Aproveitamento igual ou superior a 5,0 e frequência inferior a 75% mas, igual ou superior a 65%, desde que cumpra o Plano de compensação de ausências, ao final do termo letivo.

Frequência igual ou superior a 75% e aproveitamento igual ou superior a 5 (cinco) após a recuperação intensiva.

Ao final do termo, por decisão do Conselho de Termo, mediante análise dos resultados obtidos nas avaliações contínuas e na recuperação intensiva.

Recuperação:

O aluno de aproveitamento insuficiente terá direito a recuperação que será desenvolvida de forma paralela, no decorrer do termo e, intensiva após o final do termo letivo.

Conselho de Termo

Reunir-se à tantas vezes, quantas se fizerem necessárias, garantindo-se um mínimo de 2 vezes por semestre letivo, a cada bimestre, para acompanhamento e avaliação do processo ensino-aprendizagem.

Ao final de cada termo, para decidir quanto a aprovação ou retenção do aluno.

Carga Horária e Créditos

1º e 2º Termos

DISCIPLINAS	CHS	Aulas Semest.	%	Créd.Semest.	Min. Obrig.
Português	5	90	21,7	12	78
História	3	54	13	7	47
Geografia	3	54	13	7	47
Cienc.F.B. e P. Saúde	3	54	13	7	47
Matemática	4	72	17,5	9	63
Educação Física	3	54	13	7	47
Ed. Artística	2	36	8,8	5	31
TOTAIS	23	414	100	54	360

3º e 4º Termos

DISCIPLINAS	CHS	Aulas Semest.	%	Créd.Semest.	Min. Obrig.
Português	6	108	26	14	94
História	3	54	13	7	47
Geografia	3	54	13	7	47
Cienc.F.B. e P. Saúde	3	54	13	7	47
Matemática	5	90	22	12	78
Educação Física	3	54	13	7	47
TOTAIS	23	414	100	54	360

Instrumentos e medidas de implementação

- 1.1 - celebrar convênio com a Secretaria Estadual de Educação
- 1.2 - reformar a biblioteca das escolas
- 1.3 - compra de material pedagógico para o Ensino Fundamental, especialmente, para os 3º e 4º ciclos.
- 1.4 - montar equipe técnica de orientação e acompanhamento no âmbito do Departamento Municipal de Educação.

	Matérias	Componen- te Curricular	Tratamen- to	Termos				To tal		
				1º	2º	3º	4º			
L e i D e F i l e i d b e r a C l E E 5 2 6 3 9 / 8 2 8 / 3 7 1	Núcleo Comum Res. CEE	Português	Português	Disciplina	5	5	6	6	22	
		Est. Sociais	História	Disciplina	3	3	3	3	12	
			Geografia	Disciplina	3	3	3	3	12	
			OSP	Disciplina	-	-	-	-	-	
			Ciências	Ciê.n.Fis., Biol. e P.Saúde	Área de Est.	3	3	3	3	12
			Matemática	Matemática	Disciplina	4	4	5	5	18
			Artº 7º da	E.Artística*	Atividade	2	2	-	-	4
			Lei	E.M.C. *	Atividade	-	-	-	-	-
			5.692/71	E.Física *	Atividade	3	3	3	3	12
			Total da	Carga	Horária	23	23	23	23	
	Ensino	Religioso		1	1	1	1			

Quadro de Aulas

Disciplina	1º Termo	2º Termo	3º Termo	4º Termo	total
Potuguês	5	5	6	6	22
Matemática	4	4	5	5	18
Ciências	3	3	3	3	12
História	3	3	3	3	12
Geografia	3	3	3	3	12
Ed.Artística	3	3	3	3	12
Ed.Física	3	3	3	3	12
Total Geral	23	23	23	23	

PROPOSTA PEDAGÓGICA DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL PARA ADULTOS (SULÊNCIA I)

O educando adulto é fundamentalmente um trabalhador. Uma escola voltada para os seus interesses deve considerar esta realidade de maneira absoluta. Mais da metade do seu tempo diário é dedicado ao trabalho e, portanto, enquanto trabalhador que estuda busca o espaço escolar como complemento e apoio na construção e reflexão desta sua prática social básica.

Esta primeira contatação nos remete ao fato de que esta escola básica, pelas próprias características de quem a frequênta, terá obrigatoriamente características próprias que as diferenciam do ensino básico regular. É um adulto e não uma criança; está no mercado de trabalho e não se preparando para nele ingressar; não experimenta a vida, está experimentado por ela.

Desta maneira, os conteúdos desta escola devem estar refenciados, por um lado, nesta experiência de vida do adulto trabalhador e, por outro, nos conteúdos formais que explicam esta realidade refletida por ele.

Mais do que isto, a metodologia que apóia o desenvolvimento destes conteúdos deve considerar tal educando como produtor de conhecimento e portanto construtor de hipóteses explicativos sobre a realidade que o cerca. Deve ser portanto uma metodologia dialógica, que resgate tais hipóteses e as confronte com outras, valorizando a prática cultural do adulto. Deve considerar também o espaço escolar como um espaço social específico, onde a reflexão a participação coletiva são elementos centrais na construção de uma escola de qualidade.

Tudo isto, por um lado, não se constrói empiricamente, através dos erros e acertos e do eterno recomeço de experiências isoladas.

Deve haver uma efetiva participação dos organismos de fomento à pesquisa e das universidades na ampliação e apoio à reflexão sobre a educação de adultos.

Mais do que nunca é necessário resgatar o compromisso político com mais de 25 milhões de adultos analfabetos e os 40 milhões que não possuem ensino básico de 1º grau.

ATENDIMENTO EDUCACIONAL NECESSIDADES

1- Ampliar a oferta de ensino municipal no Ensino Fundamental

Metas

1- Atender 600 novos alunos de 1ª a 4ª série até o final de 2000.

Estratégias

1- Incorporar escolas estaduais a Rede Municipal, ampliar vagas nas escolas municipais (especialmente em zona rural - 50 novas vagas) construir novos prédios escolares e / ou salas de aula, até o final de 2.000.

Angatuba, dezembro de 1998



César Lemos Ribeiro
Diretor do Departamento Municipal de Educação